

MOVIMENTO DE PROFESSORES E ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA NA DITADURA MILITAR*

Amarilio Ferreira Jr.¹

Introdução

Esta comunicação tem com objetivo explicar as relações políticas que se estabeleceram entre o movimento de professores de 1º e 2º graus e as organizações de esquerda a partir da segunda metade da década de 1970, ou seja, como a categoria social do professores foi influenciada politicamente pelas tendências de esquerda que sobreviveram à repressão policial desencadeada pela ditadura militar após a edição do Ato Institucional (AI-5), em dezembro de 1968. Fruto das reformas educacionais produzidas em 1968 e 1971, o professorado das escolas públicas estaduais chegou ao final dos anos 1970 submetido à política de arrocho salarial imposta pelo modelo econômico implantado pelo governo do general-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Composta, aproximadamente de 1 milhão de membros, a categoria social² dos professores públicos de 1º e 2º graus passou então a protagonizar grandes mobilizações de massa em defesa de melhores condições de vida e de trabalho após a primeira das greves operárias do ABC paulista em 1978. Desde o início, as manifestações associativistas do professorado contaram com a participação orgânica das tendências de esquerda que se reorganizaram depois da derrota da luta armada contra a ditadura militar. Assim, podemos afirmar que o movimento de professores foi

*Este texto é uma versão modificada de um dos capítulos da minha tese de doutorado, intitulada **Sindicalismo e proletarização**: a saga dos professores brasileiros, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP).

¹Doutor em História Social (USP) e professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

²O conceito de categoria social tem em **POULANTZAS** (1973:25-26) a seguinte definição: “Chama-se, com efeito, de categorias sociais conjuntos de agentes, cujo papel social principal consiste no funcionamento dos aparatos de Estados e da ideologia. Tal é o caso, por exemplo, da ‘burocracia’ administrativa, de que fazem parte grupos de funcionários do Estado. Tal é igualmente o caso do grupo que se designa comumente com o termo ‘intelectuais’, e que tem como papel social principal o funcionamento da ideologia. De fato, as categorias sociais não têm uma adscrição de classe única, mas seus membros pertencem em geral a classes sociais diversas. (...) Estas categorias sociais têm, pois, uma adscrição de classe e não constituem, em si mesmas, classes; não desempenham um papel próprio e específico na produção. (...) as categorias sociais, por causa de sua relação com os aparatos de Estados e com a ideologia, podem apresentar amiúde uma unidade própria, em que pese pertencerem a classes diversas. E, além do mais, podem apresentar, em seu funcionamento político, uma autonomia relativa com respeito às classes a que seus membros pertencem”.

influenciado no processo de reconstrução das suas entidades representativas e, ao mesmo tempo, dirigido pelas concepções que os partidos de esquerda tinham da modernização acelerada e autoritária que o capitalismo brasileiro sofreu durante a vigência da ditadura militar.

Neste sentido, o capitalismo brasileiro assistiu, nos anos 1970, à manifestação de dois fenômenos socioeconômicos interligados: a modernização acelerada das relações de produção da vida material, de um lado; e, de outro, a ampliação na disposição orgânica das classes médias. Essas transformações geraram uma segmentação muito mais complexa do conjunto das classes médias no âmbito da composição geral da estrutura de classe da sociedade brasileira de então. Portanto, a nova morfologia social das classes médias estava determinada, em última instância, pelas relações sociais de produção engendradas por um capitalismo urbano-industrial moderno.

Além disso, no contexto das sociedades capitalistas desenvolvidas, as classes médias se constituem sempre em alvo da atenção principal dos objetivos estratégicos de todas as grandes questões econômicas, políticas e culturais geradas pelas sociedades de massas. A extrema volatilidade de suas preferências é a causa inicial da aparente inconstância e contraditoriedade de suas atitudes e decisões, isto é, obriga os dois mais importantes protagonistas da sociedade capitalista – a burguesia e o proletariado – a colocar o mundo ideológico-político das classes médias num lugar de destaque em seus projetos societários antagônicos. Ainda mais quando se registra que a intelectualidade científica e cultural tem aumentado a sua importância numérica no conjunto da população economicamente ativa³. Por conseguinte, em decorrência dessa escolaridade e inserção nos setores nevrálgicos das atividades econômicas, as classes médias ocupam espaços importantes nas instituições fundamentais da superestrutura societária. O pensador italiano Antonio Gramsci considerou que a escola e a igreja são as duas maiores instituições culturais de qualquer país ocidental, e por isso elas concentram o maior número de intelectuais ligados aos mundos do conhecimento e da cultura. Mas ele também ponderou que:

³Acontecimento que também tem se manifestado na sociedade brasileira. Estudo realizado na década de 1970 já revela que: “de 1960 a 1969, o Brasil formou cerca de 250 mil profissionais; de 1970 a 1973, em apenas quatro anos, graduaram-se quase 320 mil; e de 1974 a 1977 poderemos chegar até 700 mil formandos, o que dá bem a idéia do crescimento registrado e suas possíveis conseqüências”. (Profissionais de nível superior – necessidade de redistribuição espacial. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 29, n.º 3, p. 55, mar. 1975).

“(…) em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grande cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos à periferia nacional, como os professores e os padres”⁴.

Podemos considerar que, o professorado público de 1º e 2º graus, como uma das categorias profissionais constitutivas da intelectualidade, encontra-se inserido neste quadro geral da nova anatomia das classes médias. O sociólogo Wright Mills, tentando conceituar a posição social da categoria dos professores no interior das classes médias, observou que: “os professores, especialmente os do primário e secundário, são, do ponto de vista econômico, os proletários das profissões liberais”⁵.

Assim, a materialização deste fenômeno que corresponde ao crescimento das classes médias encerra em si mesmo uma contradição socioeconômica, gerada com base nas próprias relações capitalistas de produção. Ou seja, ao mesmo tempo em que a modernização da sociedade capitalista necessita do concurso dessas novas frações das classes médias, a sua lógica de crescimento econômico tende a confirmar a tendência histórica de achatamento da massa salarial que remunera essa mesma força de trabalho não vinculada diretamente às riquezas materiais. Maria Helena Moreira Alves, referindo-se à situação da massa salarial dos trabalhadores brasileiros no início dos anos 1980, constatou que:

“Em 1980, 12,5% da população economicamente ativa recebiam um salário equivalente a metade ou menos do salário mínimo; e 31,1% ganhavam entre um e dois salários mínimos. As classes médias eram constituídas pelos trabalhadores que recebiam entre dois e cinco salários mínimos (23,6%); entre cinco e dez (7,2%), entre dez e vinte salários mínimos (3,2%). Apenas 1,6% dos assalariados brasileiros ganhavam mais que o equivalente a vinte salários mínimos em 1980”⁶.

Para fazer frente ao processo de proletarização a que estavam submetidas no âmbito das relações capitalistas de produção, essas novas categorias profissionais das classes médias incorporaram a tradição clássica da classe operária fabril, isto é, de se organizarem em sindicatos para defenderem os seus interesses econômicos imediatos.

⁴GRAMSCI, 1986. p. 29.

⁵MILLS, 1979. p. 147.

⁶ALVES, 1985, p. 292.

Assim, após a greve dos metalúrgicos de 1978, o movimento sindical dos trabalhadores vinculados socialmente às classes médias emergiu como força relevante no cenário político nacional, como ficou evidente no seguinte estudo:

“Considerando-se a nova classe média, um primeiro aspecto que chama atenção diz respeito ao crescimento contínuo do número de profissionais liberais sindicalizados entre 1960 e 1970, passando de 40.491 para 147.307. Essa expansão representa um dos mais altos índices (363) entre todas as categorias naquele período, situando-se em nível semelhante ao dos sindicalizados no setor industrial (362), seguindo-se apenas ao dos empregados na educação e cultura (489), comércio (427) e comunicações e publicidade (399). (...) A este aumento de capacidade organizacional correspondeu uma intensificação da atuação destes segmentos de classe média, o que transparece na evolução da atividade grevista em anos recentes. (...) Um levantamento seletivo das principais greves em categorias ocupacionais de classe média ocorridas entre 1979 e 1983 revela um total de 54 greves. (...) O movimento de professores primários e universitários foi responsável pela maioria das greves (37%), seguido pelo de médicos e residentes (30%), cabendo aos funcionários públicos 15% do total”⁷.

Portanto, foi na ocorrência dessas circunstâncias que se deram as primeiras manifestações massivas da luta sindical da categoria profissional dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus de todo o País. Em outras palavras: a luta sindical dos professores estaduais, organizada através do movimento de professores, só se constituiu num fenômeno da realidade sócio-econômica da sociedade brasileira após o desenvolvimento autoritário das relações capitalistas de produção durante as décadas de 1960 e 1970. E por conseqüência, do próprio crescimento orgânico – de forma extremamente complexa e diversificada – das classes médias na estrutura de classes da sociedade brasileira contemporânea.

Desse modo, o professorado dos sistemas estaduais de ensino básico, pelo seu contingente quantitativo e capacidade de organização/mobilização sindical, acabou por se transformar numa das mais importantes categorias do universo social formativo das classes médias.

A categoria social dos professores

⁷DINIZ *et al*, 1989. p. 40-41.

A constituição da composição orgânica da categoria social dos professores, no transcorrer do crescimento econômico patrocinado pelo regime militar, estava diretamente ligada ao processo de expansão quantitativa do ensino de 1º e 2º graus. Em 1975, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, existia um total de quase 18.000 milhões de crianças matriculadas no ensino básico, entre escolas municipais, estaduais e particulares⁸. O ex-ministro da educação do governo Fernando Collor de Mello, professor José Goldemberg, afirmou que a universalização do acesso à escola do ensino fundamental evoluiu em três décadas nas seguintes proporções: “em 1960, 45% das crianças iam à escola; em 1970, 67%; em 1980, 80%; e em 1990, 88%”⁹.

Esse traço da história da educação brasileira, contudo, marcou de forma irremediável a existência material da própria categoria profissional dos professores públicos de 1º e 2º graus. A formação da atual categoria social dos professores encerrou, em si mesma, um movimento social contraditório; principalmente porque várias franjas de classes sociais contribuíram para a sua nova configuração. Entretanto, até a década de 1950 a sua composição era outra. Oliveiros S. Ferreira definiu a velha categoria dos professores públicos do ensino básico assim:

“A bem dizer as coisas, a Faculdade formava professores em turmas pequenas – quando ingressei, éramos 12. Antes de irmos – e havia os que ficavam – para o interior, quem dava aulas nos ginásios oficiais? O padre ensinava latim ou português; o médico, biologia ou similar afora os professores que haviam entrado por concurso. Esses eram poucos”¹⁰.

Depois, na década de 1970, a nova categoria dos professores públicos do ensino básico resultou, fundamentalmente, de duas vertentes da estrutura de classes da sociedade brasileira contemporânea. A primeira foi constituída por aqueles que sofreram um processo de mobilidade social vertical descendente, ou seja, pertenciam a certas camadas da burguesia ou das altas classes médias e foram proletarizados econômica e socialmente no curso da monopolização que as relações de produção capitalistas tomaram nas últimas décadas. A segunda originou-se em determinadas frações das classes médias baixas ou das camadas dos trabalhadores urbanos que se

⁸BRASIL, 1997. p. 96.

⁹GOLDEMBERG, 1993. p. 93.

¹⁰FERREIRA, 1997. p. 4.

beneficiaram da massificação da educação universitária¹¹, a partir dos anos 1970, e efetivaram uma mobilidade vertical ascendente na pirâmide da estrutura social. Logo, realizando uma trajetória social inversa da primeira, ou seja, tiveram uma ascensão no seu status social. Esse fenômeno de mobilidade social, todavia, apresentou implicações ideológicas, em relação ao mundo da educação no qual estavam inseridos os professores, que foram analisadas assim:

“Essa segunda – para quem ser professor significa quase o apogeu na escala de ascensão social – passa a ter, diante dos problemas da educação e dos problemas da sua corporação profissional, uma atitude bastante diferente da primeira, que se proletarizou no trabalho. A segunda camada, que talvez hoje, em certos centros urbanos do país, constitua a maioria, tem-se mostrado, de certa forma, conservadora e pouco afeita à luta por modificações e transformações na educação e na sociedade”¹².

Porém, esse amálgama social – os de cima (franjas burguesas e extratos das classes médias altas), de um lado, e os de baixo (camadas pauperizadas das classes médias e setores do operariado urbano), do outro – não impediu que se instaurasse um processo perverso e contínuo de proletarização da categoria profissional dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, tal como ficou enfatizado neste estudo:

“Atores de uma sociedade moderna, onde a escolarização é um elemento central do processo de desenvolvimento e a institucionalização das relações de trabalho uma conquista datada, os professores têm sido, nos últimos anos, obrigados a se empenhar em uma luta mortal pela preservação de direitos trabalhistas que, para outras categorias, podem ser considerados como já adquiridos. Ao mesmo tempo foram, talvez, mais intensamente afetados pela proletarização do que qualquer outra categoria de trabalhadores urbanos no Brasil”¹³.

Ainda mais. Luiz Antônio Cunha, estudando a evolução salarial dos professores do ensino básico em dois dos principais Estados da Federação, constatou elementos concretos do processo de proletarização da categoria:

¹¹DURHAM (1993:8) afirmou que “apesar do índice de escolaridade de nível superior poder ser ainda bem inferior às potencialidades e necessidades do país, ele resulta de um enorme esforço de crescimento, que se iniciou na década de 60, a partir de um patamar de apenas 100 mil estudantes. A grande expansão concentrou-se nos anos setenta, atingindo, no final dessa década, 1,4 milhões de alunos”.

¹²ABRAMO, 1986. p. 78-79.

¹³PERALVA, 1991. p. 158.

“O professor primário da rede estadual de São Paulo tinha o salário médio por hora equivalente a 8,7 vezes o salário mínimo, em 1967. Já em 1979, esta média havia baixado para 5,7 vezes (...). No Rio de Janeiro, de onde se dispõe de séries mais longas, o salário equivalia (no Distrito Federal ou na rede estadual situada no Município da capital) a 9,8 vezes o salário mínimo em 1950, despencando para 4 vezes em 1960 e atingindo 2,8 vezes em 1977 (...). Treze anos depois, desceu ainda mais: 2,2 salários mínimos”¹⁴.

Nesse sentido, a categoria profissional dos professores públicos de 1º e 2º graus, paulatinamente, foi ganhando uma consciência histórica que a situava no âmago do mundo do trabalho, tal como já estava posta para a classe operária fabril. Em outros termos: incorporou a tradição da luta operária – nos marcos da expressão sindical – e transfigurou-se numa categoria profissional capaz de converter as suas necessidades materiais de vida e trabalho em propostas econômicas compatíveis com a acumulação de riquezas engendradas pelas relações de produção capitalistas maduras. A esse respeito Miguel Gonzáles Arroyo afirmou:

“Nos novos elementos incorporados se destacam aqueles que configuram os professores como trabalhadores, como força de trabalho submetida à lógica mercantil. As notícias mais repetidas em todos os órgãos de imprensa relativos aos professores, ao Estado e aos patrões coincidem na centralidade da identidade patronal e trabalhista: greves e negociações, reposição salarial, URP, gatilho, carreira, cargos e salários... A negociação de interesses antagônicos na relação mercantil é assumida como prática, o que supõe um grande avanço no reconhecimento dessa relação presente na gestão da produção dos serviços da educação escolar e sobretudo nas relações de trabalho nos sistemas público e privado. O movimento de professores desvelou uma realidade que o discurso educativo ultrapassado tentava encobrir, uma grande conquista que tem de ser creditada aos professores e suas lutas”¹⁵.

A categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus se transformou num dos protagonistas sociais da transição democrática não apenas como uma categoria profissional em si, mas, sobretudo, como uma intervenção programática própria no âmbito da formação societária brasileira do período correspondente às décadas de 1970 e 1980. Nesse contexto, a importância sociopolítica do sindicalismo de professores ganhou relevância por que:

¹⁴CUNHA, 1991. p. 75.

¹⁵ARROYO, 1991. p. 156.

“O caráter nacional do movimento de professores caminha no sentido de garantir e especificar um plano nacional de cargos e salários, uma carreira nacional para o magistério de 1º e 2º graus na linha conquistada timidamente na Nova Constituição. Os velhos estatutos do magistério que expressavam formas de gestão em função das especificidades de cada nível de ensino e de administração vêm perdendo sentido na medida em que o movimento de professores amplia sua expressão nacional e exige o tratamento dos trabalhadores em educação como sujeitos de idênticos direitos, independentemente do tipo de patrão – nação-estado-município-mantenedora e independentemente da região ser rica ou pobre”¹⁶.

Posto assim, a categoria dos professores do ensino básico conquistou a identidade sociopolítica que a colocava, na quadra dos 1980, como uma das mais importantes interlocutoras da educação pública brasileira. Mas afinal, quem era o “demiurgo” estatal que havia produzido historicamente tal protagonista social? Ou de outra forma: de que natureza era o contexto histórico do pós-64, nos seus traços gerais, sobre o qual se deu a formação da categoria social dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus?

As organizações de esquerda e o movimento de professores

A partir de 1976, surgiram as primeiras manifestações do novo fenômeno que caracterizaria o movimento sindical do magistério nacional. Processou-se, no estado de São Paulo, a organização de duas tendências políticas da categoria dos professores da escola pública de 1º e 2º graus: o Movimento pela União de Professores e o Movimento de Oposição Aberto de Professores. A segunda era uma dissidência da primeira. Ambas, depois da greve de 1978, articulavam-se na Comissão Pró-Entidade Única para fazer oposição sindical à Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, ao Centro do Professorado Paulista e ao Sindicato dos Professores de São Paulo. Sobre a origem da criação destas tendências políticas, o professor Gumercindo Milhomem Neto, ex-presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (1981-1986), afirmou que:

“O MUP [Movimento pela União dos Professores] foi formado por pessoas que tinham vindo do movimento estudantil. Uma vez acabada a universidade, procuravam espaço de atuação. A maior parte ingressou em

¹⁶ARROYO, 1991, p. 156.

escolas particulares. Suas primeiras reuniões aconteceram no prédio da PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Depois passaram a fazê-las no COE (Centro de Orientação Estudantil), uma escola onde eu lecionava, juntamente com o Paulo Frateschi. Nessa escola foram impressos alguns de seus boletins. Os princípios do MUP eram ligados à política geral. Um deles era lutar por ‘liberdades democráticas’. Algumas pessoas que não eram do núcleo original, achavam que não se deveria ter esse tipo de definição política e sim que deveríamos juntar professores para lutar por interesses específicos. Paulo e eu acreditávamos que a palavra de ordem ‘liberdades democráticas’ era genérica e não serviria à luta dos trabalhadores. Defendíamos ‘liberdade de manifestação e organização’. O grupo rachou-se, surgindo o MOAP [Movimento de Oposição Aberta dos Professores]”¹⁷.

Para o professor Ronaldo Nicolai, ex-diretor da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (1983-1984), o Movimento de Oposição Aberto de Professores defendia uma política mais ampla, cujo núcleo irradiador era a escola:

“O pessoal do interior era mais identificado com o MOAP, porque sempre foi mais conservador. (...) Para mim os professores do interior tinham mais o pé no chão, tinham mais a realidade da escola. O pessoal do interior, em geral, dava aula na mesma escola por mais tempo, então eram aqueles professores mais típicos. (...) Nós, do interior, identificávamo-nos mais com o MOAP. O MUP era mais avançado, jogava o movimento para frente, mas, para falar a verdade, muito mais para a frente do que tínhamos condições de assimilar. Esses dois grupos já dão a característica principal do movimento: a divisão. Por incrível que pareça, íamos lá, meia dúzia, uns três ou quatro e já havia duas correntes”¹⁸.

A existência de duas tendências políticas, atuando como vanguarda do movimento de professores estava vinculada à influência que os partidos de esquerda exerciam, apesar da repressão política do regime militar, em determinados setores sociais das classes trabalhadoras. O Movimento pela União de Professores e o Movimento de Oposição Aberto de Professores tinham entre os seus militantes professores pertencentes aos seguintes partidos:

Partidos	Origem
Organização Socialista	Dissidência do Partido Operário Revolucionário

¹⁷JOIA *et al*, 1993, p. 26.

¹⁸JOIA *et al*, 1993, p. 26.

Internacionalista (Liberdade e Luta)	(Trotskista), fundada em 1976
Convergência Socialista	Dissidência do Partido Operário Revolucionário (Trotskista), fundada em 1977
Movimento de Emancipação do Proletariado	Dissidência da Organização Revolucionária - Política Operária, fundado em 1976
Organização Revolucionária – Política Operária	Mocidade Trabalhista de Minas Gerais; Liga Socialista de São Paulo (simpatizantes de Rosa Luxemburgo); Trotskista e dissidentes do Partido Comunista Brasileiro; fundada em 1961
Ação Popular Marxista–Leninista	Juventude Universitária Católica, fundada em 1962
Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista	Tendências Socialistas do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Operário Comunista e Organização Revolucionária dos Trabalhadores, fundada em 1982
Movimento Revolucionário 8 de Outubro	Dissidência da Guanabara do Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1966
Partido Comunista Brasileiro	Seção Brasileira da Internacional Comunista, fundado em 1922
Partido Comunista do Brasil	Dissidência do Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1962

Fonte: ARNS, 1985, p. 89 *Et seq*; SILVA, s/d, p. 191-192.

A divisão entre o Movimento pela União de Professores e o Movimento de Oposição Aberto de Professores estava diretamente relacionada com a estratégia política que cada um desses partidos tinha adotado na luta contra o regime militar. O professor Júlio Turra, militante do Movimento pela União de Professores e um dos fundadores da Organização Socialista Internacionalista, relatou que as divergências se acentuaram a partir de 1977:

“(…) um grupo dentro do MUP, os trotsquistas da OSI [Organização Socialista Internacionalista], adotaram uma linha segundo a qual o MUP deveria ser uma tendência e não um movimento amplo como fora na sua origem. Os demais grupos romperam com essa orientação e formaram o MOAP. O MUP passou a ser um braço sindical de intervenção do ‘Trabalho’ [nome do jornal editado pela OSI] no movimento, enquanto o MOAP reuniu os outros agrupamentos que mantiveram certa unidade. Nós, do MUP, defendíamos uma linha de construção de sindicatos livres e muitas vezes traduzíamos essa política como uma espécie de alergia a qualquer relação da APEOESP com o governo estadual”¹⁹.

¹⁹JOIA *et al*, 1993, p. 25.

No final da década de 1970, os três partidos que exerciam maior influência no movimento de professores de 1º e 2º graus, a Organização Socialista Internacionalista, a Convergência Socialista e o Movimento de Emancipação do Proletariado, mantinham entre si uma dissensão quanto à questão da estratégia política de enfrentamento ao regime militar. De um lado, a aliança trotskista, formada pela Organização Socialista Internacionalista e a Convergência Socialista, que defendia, entre outras bandeiras, a imediata convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte precedida pela irrestrita liberdade de organização partidária²⁰. Um dos desdobramentos táticos dessa política, assumido pela Liberdade e Luta, braço estudantil da Organização Socialista Internacionalista, era a defesa do voto nulo nas eleições parlamentares de 1978. A Liberdade e Luta brandia a seguinte palavra de ordem: “em 15 de novembro, Voto Nulo! NEM ARENA, NEM MDB!”²¹. A tendência estudantil da Organização Socialista Internacionalista defendia que nenhum dos dois partidos políticos criados pelo Ato Institucional n.º 2 (1965), portanto pelo regime militar, representava os interesses dos trabalhadores. Para defendê-los, era necessário criar um partido político que os organizasse e dirigisse as suas lutas: esse partido só poderia ser um partido operário²². Os trotskistas, portanto, defendiam que o Movimento pela União de Professores deveria assumir o programa do partido sem qualquer tipo de mediação política.

Já para o professor Gumercindo Milhomem Neto, um dos militantes do Movimento de Emancipação do Proletariado, a luta sindical dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus passava pela adoção de um outro tipo de estratégia política. Ele defendia a seguinte posição:

“(…) em primeiro lugar, que não existia um movimento de professores onde se pudesse fazer esse disputa política (então aquela disputa era uma coisa que estava no abstrato, ou então, entre aquelas dezenas de pessoas que se reuniam ali) e, portanto, não tinha sentido fazer este tipo de definição. A gente entendia que não existia um movimento que comportasse tendências políticas no seu interior; tratava-se ainda de criar esse movimento. E em 2º lugar, que o movimento deveria se definir não por uma plataforma política acabada, mas por alguns pontos de unidade. Então, a gente tinha certeza de que um movimento de oposição de professores deveria lutar contra a política salarial-econômica do governo”²³.

²⁰ CARONE, 1984, p. 191.

²¹ CARONE, 1984, p. 206.

²² CARONE, 1984, p. 205.

²³ RIBEIRO, 1984, p. 96-97

O Movimento de Oposição Aberta dos Professores definiu a sua atuação no movimento de professores através de uma carta de princípios intitulada “Pontos de Unidade”. Entre os pontos programáticos propostos estavam os que se seguem: lutar contra a política salarial do governo e por aumentos salariais acima do custo de vida; lutar contra a política do governo para o ensino – pelo ensino público e gratuito; lutar pela participação, com caráter decisório, do conjunto dos professores, funcionários e alunos em todas as atividades da escola; lutar por um sindicato autônomo e combativo, isto é, desatrelado do Estado; lutar pela unificação de nossa representação sindical e sua completa independência com relação ao Estado; lutar contra a lei anti-greve, decreto-lei 477 e o conjunto de instrumentos repressivos; lutar pela liberdade de organização e manifestação etc.²⁴

Não obstante as divergências políticas, a primeira ação conjunta das duas tendências político-partidárias foi a realização de uma assembléia da categoria, que aconteceu à revelia da diretoria da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. A assembléia efetuada na escola Caetano de Campos, no início do ano letivo de 1977, revelou a capacidade política que ambos os grupos de oposição tinham em mobilizar os professores da rede estadual de ensino. Além de significar o primeiro enfrentamento com a diretoria da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, a oposição conseguiu entregar para o secretário estadual de educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, um documento, cuja principal questão era o Estatuto do Magistério que o governo ainda não havia enviado à Assembléia Legislativa, acompanhado de um abaixo-assinado com 1.100 assinaturas²⁵. O professor Gumercindo Milhomem Neto, referindo-se àquele episódio, comentou:

“houve briga no plenário, porque Rubens Bernardo, então presidente da entidade, queria que todos se identificassem antes de falar. Naquela circunstância, a identificação amedrontava as pessoas. Suspeitava-se da presença de policiais no local, presença do DOPS. A questão da segurança era muito importante, porque a repressão política era brutal, violenta; havia tortura e tínhamos algum tipo de contato com a ação política semilegal ou mesmo clandestina. Na assembléia, Paulo Frateschi ficou na mesa, juntamente com o Chico de Tatuí que, na época, era de Osasco. Acabaram

²⁴ **MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO ABERTA DE PROFESSORES**, 1979. p. 23.

²⁵ **JOIA et al**, 1993. p. 28.

dirigindo os trabalhos, já que a diretoria não possuía nenhuma experiência de como fazê-lo”²⁶.

A assembléia da Caetano de Campos discutiu várias questões que afligiam a categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus em São Paulo naquele momento: a situação dos professores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho; a política de reajuste salarial do governo; os cortes nas verbas destinadas à educação; o ensino pago; e o Estatuto do Magistério. Além disso, deliberou-se, também, a redação de uma carta aberta à população e a transformação da própria assembléia numa Comissão Aberta para encaminhar e divulgar as reivindicações discutidas²⁷.

Para a Comissão Aberta, o estatuto do magistério de 1974, denominado de Lei Complementar 114/74, não satisfazia mais as necessidades profissionais do professorado estadual, ou seja, estava superado nas questões relativas à carreira, à estabilidade e ao salário. Ela reivindicava o direito de participar ativamente, como interlocutora representativa da categoria, no processo de discussão do chamado “Projeto”, que depois resultou na Lei Complementar 180/78, em curso no Poder Legislativo do Estado de São Paulo²⁸.

A aprovação da Lei Complementar 180/78, com índices que variavam entre 38% a 43% de reajuste salarial, foi o principal episódio deflagrador da greve de 1978 dos professores paulistas de 1º e 2º graus. As tendências político-partidárias organizadas no interior da Comissão Aberta, que reivindicava um reajuste de 57%, passaram a defender a proposta de greve geral da categoria. Além disso, o processo de aprovação do anteprojeto de Estatuto do Magistério que estava paralisado nas comissões da Assembléia Legislativa²⁹. Embalada pela greve dos professores baianos, dirigida pela Associação dos Professores Licenciados da Bahia, por melhores salários³⁰, a Comissão Aberta convocou uma assembléia da categoria, que se realizou na Câmara Municipal de São Paulo (19/08/78), para discutir a decretação da greve. A Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo não reconheceu o Comando Geral de Greve e muito menos o movimento paredista dos professores estaduais e municipais, que durou 24 dias. O jornal *O Precário*, órgão do “Movimento Pró-Chapa de Oposição na

²⁶JOIA *et al*, 1993. p. 28.

²⁷JOIA *et al*, 1993. p. 28.

²⁸COSTA *et al*, 1982. p. 56.

²⁹COSTA *et al*, 1982. p. 56.

³⁰A greve dos professores da Bahia. *O Precário*, São Paulo, ago. 1978. p. 02.

APEOESP”, que reunia o Movimento pela União de Professores e o Movimento Aberto de Oposição de Professores, analisou os resultados da greve desta forma:

“A forma de organização conquistada pela categoria, já iniciada no período de preparação à Assembléia, foi afirmada e ampliada. Os professores não abandonaram seus locais de trabalho, aí ficaram discutindo e propondo o encaminhamento das suas reivindicações. As propostas posteriormente eram discutidas nas regionais e de cada reunião de regional tirados representantes para participarem do comando Geral de Greve, constituindo na Assembléia do dia 19 de agosto. (...) O resultado foi 150.000 professores em greve - incluindo municipais e estaduais. Hoje, ao lado da nossa própria força, contamos com o apoio da Igreja e de entidades e associações como a ADUSP, APROPUC E APRODESP. Nosso movimento encontrou franca receptividade entre os pais de alunos e a comunidade em geral, que compreenderam a importância das nossas reivindicações. E embora estas ainda não tenham sido atendidas no seu conjunto, o movimento dos professores assegurou a introdução, no Estatuto do Magistério, de algumas medidas de efeito para os professores. É importante lembrar que o anteprojeto encontrava-se engavetado desde o início do ano. Com a greve os professores têm o Estatuto em mãos – antes material sigiloso e agora material de conhecimento e discussão por parte da categoria”³¹.

Além do saldo organizativo sindical da categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, a maior conquista da greve foi conseguir que o Poder Executivo enviasse à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo um anteprojeto de Estatuto do Magistério. A negligência do Poder Executivo paulista, governado por Paulo Egídio Martins (Aliança Renovadora Nacional), com os dispositivos jurídicos que regulamentavam as suas relações com o professorado estadual ficou evidente quando o Jornal da Tarde, em plena greve, entrevistou vários deputados estaduais com a seguinte pergunta: “está a par do texto do projeto do estatuto do Magistério?”. As respostas foram:

“Archimedes Lammaglia – Não estou a par (...).
Augusto Toscano – Ainda não vi (...).
Wadih Helu – Conheci superficialmente, através da Folha (...).
Helvio Nunes da Silva – Não sei e não tenho sugestão a priori (...).
Paulo Kobaiashi – Ainda não tenho opinião (...).
Alberto Goldman – Não vi (...).
Agnaldo de Carvalho – Não, não li (...).
Agenor Lino de Matos – Não estou a par (...).
João Lázaro de A. Prado – Não estou totalmente a par (...).

³¹Editorial: a luta continua. **O Precário**, São Paulo, set. 1978. p. 02.

Abraim Dabus – Pelo que sei, atende as reivindicações de uma parte do professorado (...)”³².

A reivindicação pela consecução de um novo Estatuto do Magistério era uma das principais questões da pauta do movimento paredista levado a cabo pelos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus. Angelina Teixeira Peralva, analisando o impacto que o movimento grevista de professores tinha sobre a qualidade de ensino da escola pública, concluiu que:

“O atual movimento de professores da rede pública de primeiro e segundo graus no Brasil tende a articular-se em torno de três grandes eixos. Sobre a questão salarial assenta sem dúvida a ampla base de massa do movimento. Há, por outro lado, uma discussão relativa aos rumos da educação e à ‘qualidade’ do ensino. Por último, propõe-se também como necessária uma democratização geral da estrutura de poder no interior do sistema escolar. A reivindicação salarial – e tudo que a ela se vincula, como a discussão sobre uma organização adequada de carreira, através dos estatutos do magistério – é a que possui mais forte capacidade de mobilização. Ela é importante porque coloca na ordem do dia a necessidade de uma inversão mais conseqüente de recursos na área da educação pública”³³.

Portanto, a luta pelo novo Estatuto do Magistério era parte integrante da reivindicação por reajuste salarial. O Estatuto do Magistério aprovado pela Assembléia Legislativa, em decorrência da greve do professores, “acabou aprovando um texto que (...) foi considerado melhor que a proposta original da secretaria da Educação”³⁴.

Em 1979, a greve do professorado paulista enfrentou uma conjuntura política distinta de 1978. O novo quadro nacional era perpassado por três tendências que se entrecruzavam formando uma mesma lógica política:

1ª) O regime militar, no processo de inflexão institucional que vinha sofrendo, foi obrigado a ceder, em questões fundamentais, às suas pretensões continuístas. A Emenda Constitucional n.º 11, aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 1978, estabeleceu no seu Artigo 3 que estavam “(...) revogados os Atos Institucionais e Complementares, no que contrariarem a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos praticados com base neles, os quais estão excluídos de apreciação judicial”³⁵. Com

³²Estatuto não chegou ontem à Assembléia Legislativa. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 31 ago. 1978.

³³PERALVA, 1988, p. 66.

³⁴JOIA *et al*, 1993, p. 36.

³⁵BRASIL, 1978, p. 16.715.

a vigência da Emenda, a partir de janeiro de 1979, as forças políticas que haviam articulado o golpe de Estado em 1964 perdiam o seu principal instrumento jurídico de coerção: o Ato Institucional n.º 5. Para substituí-lo, constitucionalmente, foram criados outros tipos de poderes excepcionais, ou seja, as “Medidas de Emergência”, o “Estado de Sítio” e o “Estado de Emergência”³⁶. Além disso, a Emenda Constitucional n.º 11 acrescentou no Artigo 153 da Constituição Federal o § 11, que estabelecia: “não haverá pena de morte, de prisão perpétua, nem banimento (...)”³⁷. O fim do instituto do banimento permitiu a volta de muitos brasileiros que se encontravam no exílio³⁸. Em outubro de 1979, o general-presidente João Batista Figueiredo promulgou o Decreto n.º 84.143, ou seja, regulamentou a Lei n.º 6.683, de 28 de agosto, que concedia anistia

“a todos quantos, no período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundação vinculada ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”³⁹.

Com a revogação do Ato Institucional n.º 5⁴⁰ e a decretação da anistia política, até mesmo para os torturadores (os crimes políticos conexos), o regime militar patrocinou uma reforma partidária. A Lei n.º 6.767, de 20 de dezembro de 1979, no seu Artigo 2º estabelecia que:

“ficam extintos os partidos criados como organizações, com base no Ato Complementar n.º 4, de 20 de novembro de 1965, e transformados em partidos de acordo com a Lei n.º 4.740, de 15 de julho de 1965, por não

³⁶BRASIL, 1978, p. 16.714.

³⁷BRASIL, 1978, p. 16.714.

³⁸Um total de 128 brasileiros havia sido banido, segundo MARTINS (1978, p. 145), definitivamente do território nacional pelo regime militar. Entre eles estavam: José Dirceu, José Ibrahim, Onofre Pinto, Ricardo Villasboas, Maria Augusta Carneiro, Ricardo Zaratini, Rolando Fratti, João Leonardo, Argonauta Pacheco, Wladimir Palmeira, Ivens Marchetti e Flávio Tavares (AI-5 (Epílogo): consequência natural. **Veja**, São Paulo, p. 21, 3 jan. 1979).

³⁹BRASIL, 1979, p. 16.167-16.168.

⁴⁰“Entre 30 de dezembro de 1968, quando o então presidente Arthur da Costa e Silva o utilizou para cassar os direitos políticos do ex-governador carioca Carlos Lacerda e os mandatos de doze deputados federais, ministros do STF e dezenas de deputados estaduais, e 28 de junho de 1977, data em que o presidente Ernesto Geisel o empregou pela última vez, cassando o deputado José de Alencar Furtado - na ocasião líder do MDB na Câmara -, o AI-5 afastou da vida pública em total de 1.577 cidadãos brasileiros. Ou seja: nesse período da vida nacional ocorreu uma punição, em média, a cada dois dias” (Desde Lacerda, 1577 já foram punidos. **Veja**, São Paulo, p. 25, 13 dez. 1978).

preencherem, para seu funcionamento, os requisitos estabelecidos nesta Lei”⁴¹.

A reforma partidária do regime militar tinha como escopo colocar fim no bipartidarismo da vida política nacional do pós 1965. Foi decretado o fim dos partidos que tinham caráter de organizações: a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro⁴². Deste modo, estava concluído o projeto político, iniciado no governo do general-presidente Ernesto Geisel, de reformas constitucionais do regime militar, ou seja: da “democracia relativa”⁴³.

2ª) Em 1979, o Palácio dos Bandeirantes estava ocupado por um novo preposto do regime militar: Paulo Salim Maluf. Ele havia derrotado, na convenção da seção paulista da Aliança Renovadora Nacional, o candidato do general-presidente João Batista Figueiredo. O brasilianista Thomas Skidmore analisou assim a vitória do candidato arenista:

“Ganhou porque trabalhou infatigavelmente junto aos membros da convenção fazendo-lhes generosas promessas, de par com a exposição minuciosa de seu ambicioso plano de governo. Ele beneficiou-se também do clima de independência política que a nação respirava. Desafiar instruções de Brasília não era compatível com a abertura?”⁴⁴.

Nas memórias do general presidente Ernesto Geisel, as ditas “generosas promessas”, acenadas por Paulo Salim Maluf, ganharam uma definição mais precisa: “[Laudo] Natel foi o candidato indicado [para o governo paulista], mas enquanto isso o Maluf manobrou de todo jeito, comprou votos e acabou ganhando”⁴⁵. Depois, em 1985, quando da disputa no Colégio Eleitoral contra Tancredo Neves (Partido do Movimento

⁴¹BRASIL, 1979, p. 19.467.

⁴²O Deputado Ulisses Guimarães, que foi presidente do Movimento Democrático Brasileiro, tinha duas denominações para designar os partidos criados pelo Ato Institucional n.º 2. Sobre a Aliança Renovadora Nacional, ele dizia: “Que acho da ARENA? Não acho, pois a ARENA não é. Não é Partido, é papel carbono, não é voz, é eco, é vaca de presépio do serviçal e eterno ‘sim senhor’”. Do Movimento Democrático Brasileiro, afirmava: “O MDB é como pão-de-ló: quanto mais bate, mais ele cresce” (GUIMARÃES, 1978, p. 16-17).

⁴³GUIMARÃES, 1978, p. 161.

⁴⁴SKIDMORE, 1988, p 476.

⁴⁵D’ARAUJO E CASTRO (Org.), 1997, p. 415.

Democrático Brasileiro), Paulo Salim Maluf⁴⁶ seria o último candidato a presidente da República que defenderia a “continuidade da ditadura”⁴⁷.

3ª) Em dezembro de 1978, os professores que haviam participado do Comando Geral de Greve, a maioria pertencente ao Movimento pela União de Professores e ao Movimento de Oposição Aberto de Professores, constituíram organicamente a Comissão Pró-Entidade Única⁴⁸ para concorrer às eleições na Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. O jornal *O Precário*, que representava essas tendências político-sindicais, divulgou tal decisão desta forma:

“É do conhecimento dos colegas que já a tempos existe um movimento de oposição à diretoria da APEOESP. Se já sabemos que esta diretoria verdadeiramente não nos representa, ficou patente a sua traição durante nossa greve, quando ela se colocou a lado da Secretaria da Educação e não de seus associados. Para dirigir e encaminhar nosso movimento grevista foi criado o Comando Geral de Greve que tornou-se, na ocasião, o órgão representativo da categoria. Após o término da greve, o Comando Geral de Greve continuou a discutir nossa situação e a encaminhar nossas reivindicações, agora como Comissão Pró-Entidade Única. Aproximando-se as eleições para a diretoria da APEOESP e entendendo a participação nestas eleições como uma das etapas rumo ao Sindicato Único de todos os professores, a Comissão Pró-Entidade Única desencadeou um processo de discussão dos pontos de um programa, a partir das escolas e regionais (...)”⁴⁹.

Portanto, 1979 começou com duas frentes de lutas para a Comissão Pró-Entidade Única. A primeira consistiu em dar continuidade às contendas reivindicativas do ano anterior. Em março, o movimento de professores entregou ao governador Paulo Salim Maluf um documento que vindicava um reajuste salarial de 70%, baseado em estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos⁵⁰. Em

⁴⁶Uma das principais medidas administrativas do governo estadual de Paulo Salim Maluf foi a criação da PAULIPETRO. “A aventura da PAULIPETRO, em que o ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) se atirou quando era governador de São Paulo (1978-1982), e na qual foi desperdiçado total estimado em R\$ 1,2 bilhão, envolveu um pecado que os especialistas classificam de mortal na área de pesquisa petrolífera: a procura não foi precedida de estudos e teve como foco um Estado e não uma bacia sedimentar”. (Política comprometeu PAULIPETRO desde o início. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 02 nov. 1997. Caderno A, p. 13).

⁴⁷MOISÉS, 1986, p. 99.

⁴⁸A Comissão Pró-Entidade Única era “constituída pelas lideranças mais representativas. O CPEU [Comissão Pró-Entidade Única], que tinha uma composição política muito heterogênea, englobando quase todas as tendências políticas de oposição, constituía a direção ‘natural’ do movimento dos professores” (RUY, José Carlos. Um drama para a oposição. *Movimento*, São Paulo, 15-21 dez. 1980. p.10.).

⁴⁹Chapa de oposição Pró-Entidade Única. *O Precário*, São Paulo, dez. 1978, p. 01.

⁵⁰JOIA *et al*, 1993, p. 37.

abril, após frustradas todas as possibilidades de negociações salariais com o governo, o funcionalismo público estadual, entre eles o professorado, decretou a parede. Ribeiro, analisando as conseqüências da greve de 1979, concluiu que:

“O primeiro resultado que fica evidente é o de que a greve de 79 foi muito mais complexa, pois as respostas obtidas coincidem muito mais em relação à greve de 78, uma vez que nenhum professor deixa de admitir que este foi um instante vitorioso do movimento”⁵¹.

A greve de 1979 foi derrotada pela política adotada durante o governo de Paulo Salim Maluf⁵². Uma das medidas repressivas desencadeadas pela administração estadual, através do secretário de educação Luís Ferreira Martins, foi exigir que os diretores de escolas enviassem à secretaria as listas dos professores grevistas. Os diretores se recusaram a executar tal medida. Andando na contramão da decisão do governo estadual, a União dos Diretores do Ensino Médio Oficial, cujos associados eram efetivados através de concurso público e não mediante nomeação política, lançou a seguinte palavra de ordem: “Diretor não é feitor, é educador”⁵³.

Na segunda frente de luta, a Comissão Pró-Entidade Única aproveitou a mobilização dos professores em greve para vencer as eleições para a diretoria da Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo através da “Chapa de Oposição Pró-Entidade Única”. A vitória da Pró-Entidade Única significou o rompimento com a antiga prática sindical que caracterizou o comportamento sóciopolítico da categoria dos professores públicos de 1º e 2º graus durante o regime militar. A chapa Pró-Entidade Única recebeu mais de 72% dos votos nas eleições para a Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo⁵⁴.

A nova diretoria da entidade, presidida pela professora Eiko Shiraiwa Campos Reis (1979-1981), tomou posse denunciando a degenerescência que caracterizava a

⁵¹RIBEIRO, 1982, p. 28.

⁵²“Foi no período em que Maluf governou (1979-1982) que os salários dos professores acumularam a maior perda – 52,24%” (Salário em S. Paulo caiu a ¼ do valor em 33 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 maio 1996. Caderno 1, p. 10.).

⁵³A palavra de ordem da União dos Diretores do Ensino Médio Oficial, segundo COSTA et al (1982:58), era: “(...) uma resposta a uma advertência de Maria Nilda Mascellani, feita no Fórum de Debates Educacionais, realizado pela UNICAMP em 1978, que tinha, como tema, ‘Quem Educa o Educador?’ (baseado na tese n.º 3 de Marx sobre Feuerbach). Nesta ocasião, essa especialista chamava a atenção dos diretores para o perigo de se transformarem em meros ‘feitores, capachos e dedos-duros’ do sistema de ensino”.

⁵⁴JOIA et al, 1993, p. 39.

realidade educacional brasileira, particularmente na sua maior expressão: a péssima qualidade do ensino das escolas públicas de 1º e 2º graus. A crise que assolava a educação no ensino básico, na virada dos anos 1970 e 1980, só seria superada, segundo a professora Eiko Shiraiwa Campos Reis, se ocorresse uma:

“(…) alteração de toda a política educacional, o que implicaria na completa reformulação da política salarial do governo, com destinação de mais verbas para a Educação. (...) é inadmissível carrear importância vultosa para fortalecer a parte burocrática das escolas, em vez das autoridades adquirirem para as instituições de ensino melhores equipamentos e pagarem melhor os professores. (...) os professores deixaram de dispensar a atenção que antes davam aos alunos, em classe, na preparação de aulas, correção de provas e de exercícios. Não é possível realizarem um trabalho perfeito tendo de se dedicar a uma quantidade duas vezes maior de alunos que o normal, além de perderem tempo cumprindo exigências burocráticas das escolas. (...) [Os professores foram] transformados em máquinas de dar aulas, não têm tempo para se aperfeiçoar ou para realizar pesquisas. Se têm tempo, não têm dinheiro para comprar livros, pagar cursos; se têm dinheiro, não dispõem de tempo. (...) a luta pela aposentadoria continua porque nosso trabalho é excessivamente desgastante, pois temos que lidar com muitos alunos em cada classe, todos com problemas diferentes, inclusive originados de pressões do meio social. E, como nas escolas não há psicólogos nem orientadoras pedagógicas, temos que realizar as tarefas inerentes a estas funções. Além disso, o professor tem que manter equilíbrio emocional no contato com os alunos. Mas, como é possível isso, diante de tantos problemas de ordem funcional, salarial e existencial?”⁵⁵.

Para o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEPE), a Convergência Socialista (CS) e a Liberdade e Luta (LIBELU), as três principais tendências político-sindicais que detinham o poder de direção na Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, a luta por melhores condições de vida e trabalho da categoria dos professores públicos de 1º e 2º graus, como parte integrante da melhoria da qualidade de ensino da escola pública, extrapolava o âmbito da política educacional estadual. Para elas, a luta tinha uma dimensão nacional, portanto, estava diretamente vinculada ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista engendrado pela ditadura militar.

⁵⁵Queda dos salários acentua problemas do ensino, diz Eiko. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 jan. 1981.

Seguindo a tradição dos dois principais líderes teóricos dos bolchevistas, Lênin⁵⁶ e Trotski⁵⁷, essas tendências político-sindicais passaram a defender a necessidade da organização de uma entidade associativista nacional que dirigisse a luta por melhores condições de vida e trabalho da categoria profissional dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus. A defesa em favor da estrutura sindical de caráter nacional, assumida pelos três partidos, tinha o seguinte tom:

A)- O Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) argumentava que:

“Logo devemos ter, como posição política, que construir hoje a Central Única dos Trabalhadores em Educação (CUTE) é implementar manifestações políticas nacionais que abranjam as bases (...) do professorado. Colocando como orientação:

- lançar forças na construção de entidades estaduais de massa, e na conquista de entidades sindicais, como também na consolidação da organização democrática da categoria; em todos os estados e especialmente naqueles em que tais condições mínimas não tenham ocorrido;
- organizar campanhas e lutas de âmbito nacional que, respeitando as especificidades de cada estado, venham a servir como fator de unificação (...) do movimento (...);
- propor a organização de uma comissão executiva nacional, que se encarregará por meio de um instrumento (boletim, jornal, etc.) de orientar os passos que deverão ser seguidos para o sucesso das campanhas nacionais”⁵⁸.

B)- A Convergência Socialista (CS) apresentava a seguinte ilação:

“Os professores estão entre os setores que mais se enfrentaram com a drástica política salarial do governo. (...) A luta agora é mais gigantesca ainda, construir uma entidade nacional que unifique todas as lutas. Após enfrentar o governo em várias greves, algumas de longa duração, os professores se preparam para conquistar sua entidade nacional, que vai permitir novas lutas e novas vitórias. Esta entidade deve nascer ligada às mobilizações. Depois de ir à greve no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Minas Gerais, Paraná, Goiás, e em praticamente todo o país, e de importantes mobilizações em outras cidades, como Manaus, o professorado se volta para a sua organização e para a condução de lutas específicas. (...) Esta entidade tem que ser realmente democrática e representar todos os

⁵⁶Em 1906, **LÊNIN** (1979:190), no Projeto de Resolução para o Congresso de Unificação do POSDR [Partido Operário Social-Democrata Russo], escreveu: “(...) os sindicatos de base ampla, como indica a experiência de todos os países capitalistas, são a organização mais adequada da classe operária tendo em vista a luta econômica”.

⁵⁷Analisando o papel dos sindicatos numa época de transição, **TROTSKI** (1978:89) afirmou que: “os bolcheviques leninistas estão na primeira fila em todo tipo de luta, inclusive quando se refere aos mais modestos interesses materiais ou direitos democráticos da classe operária”.

⁵⁸MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO, p. 06. **Documento: B. 80. A. J.**

professores: ser desvinculada do aparelho estatal, ter uma direção eleita diretamente por toda a categoria”⁵⁹.

C)- A Liberdade e Luta (LIBELU) altercava que:

“Nós aprendemos em nossas lutas que a unidade se realiza no combate, nas greves, nas manifestações, no trabalho árduo do dia a dia em nossas entidades e locais de trabalho. Lutamos pela unidade e continuaremos a lutar até construirmos uma entidade que seja capaz de, nacionalmente, organizar e centralizar nossas lutas em torno de nossas reivindicações. Nós necessitamos de uma entidade nacional massiva, uma entidade que não divida o professorado, que não seja aliada do governo e, sobretudo, uma entidade em que nós professores possamos democraticamente decidir os rumos de nosso movimento. No IIº ENP [Encontro Nacional de Professores] foi criada a Comissão Executiva Nacional, composta por representantes estaduais e das entidades que estão trabalhando no sentido de unificar nossas lutas, organizando o Congresso Nacional de Profissionais da Educação. Esta comissão, ao encaminhar as resoluções do Encontro Nacional, tem procurado estar presente em todas as lutas estaduais que se desenvolvem este semestre levando, não apenas apoio dos demais estados, mas também propostas de unificação das lutas”⁶⁰.

A tática adotada pelos partidos de esquerda, que defendiam a criação de uma estrutura sindical nacional com estratégia de unificação do movimento de professores, foi a organização dos fóruns nacionais de discussões sobre a luta sindical do movimento de professores. Ocorreram dois Encontros Nacionais de Professores: o primeiro, na cidade de São Paulo (julho de 1979) e, o outro, em Belo Horizonte (março de 1980) 61. O Iº Encontro Nacional de Professores “contou com a presença de professores, oposições e entidades de 13 Estados”⁶². O seu boletim n.º 1 justificou tal acontecimento assim:

“O movimento de professores, iniciado com base em reivindicações de melhores salários e melhores condições de trabalho, extrapolou, no processo da luta, os próprios limites iniciais colocados pela categoria, levando-a a um crescimento político resultante do confronto direto com a política do arrocho salarial, com o atrelamento e conseqüente impotência do parlamento e das entidades sindicais, etc. Muitos são os pontos comuns existentes nos processos de luta desenvolvidos em cada estado: as reivindicações básicas, a

⁵⁹Rumo à entidade nacional. **Convergência Socialista**, São Paulo, 1-15 jul. 1980. p. 10.

⁶⁰REIS et al. Aos professores brasileiros: por uma entidade nacional de luta. p. 02. **Documento: B. 80. AO. J.**

⁶¹CARLINI et al. Congresso Nacional dos Profissionais de Educação, p. 02. **Documento: B. 80. AO. J.**

⁶²ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Comissão Organizadora do II ENP. **Documento: A. 79. AO. J.**

postura governamental, as dificuldades impostas, os saldos organizativos conquistados, o avanço na consciência política da categoria, e as formas de luta utilizadas. (...) reiniciaram-se os contatos entre os diversos estados resultando em reuniões ocorridas em fevereiro, abril e maio em São Paulo e a última (07 de junho) no Rio de Janeiro, que culminaram na proposta de um Encontro Nacional de Professores nos dias 28 e 29 de julho em São Paulo. Por que um encontro já? Porque há a necessidade de já no começo do próximo semestre, sistematizar as experiências vividas nos estados, consolidar as vitórias obtidas e unificar, até onde possível, as lutas que se avizinham”⁶³.

O encontro de Belo Horizonte deliberou pela unificação nacional do movimento de professores com base numa plataforma que dava organicidade à luta sindical. O primeiro ponto era composto pelas reivindicações econômico-corporativas: “aposentadoria aos 25 anos de serviço; estabilidade no emprego; reajuste semestral e sustentação e fortalecimento das entidades”⁶⁴. Os outros dois lançavam as bases para a fundação da futura entidade nacional de professores: (1) foi criada uma Comissão Executiva Nacional, cujos membros eram diretores da Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro, Associação dos Profissionais do Ensino Oficial de Pernambuco, Associação de Professores do Estado do Pará, União dos Professores do Espírito Santo e Centro dos Professores de Goiás; e (2) determinava-se a convocação de um Congresso Nacional dos Profissionais em Educação para julho de 1980⁶⁵.

O Iº Congresso Nacional de Profissionais de Educação, que foi realizado na cidade de São Paulo, contou com mais de 800 professores⁶⁶. O Movimento de Emancipação do Proletariado contabilizou que:

“(...) apenas 5 estados – MT, SC, SE, AM e PI e os territórios federais – não estiveram presentes. Entre as entidades comprometidas com o congresso e suas deliberações estão: CPG de GO, APMC do PR, CEP do RJ, UTE de MG, APEOESP de SP, APENOPE de PE, ASPEC de CE, APEPA do PA, APELB da BA, UPES do ES e AMPEP da PB”⁶⁷.

⁶³Boletim do I Encontro Nacional de Professores. **Documento: B. 79. AO. J.**

⁶⁴CARLINI et al. Congresso Nacional dos Profissionais de Educação, p. 05. **Documento: B. 80. AO. J.**

⁶⁵MILHOMEM NETO, Gumercindo et al.. Construção da entidade nacional dos trabalhadores na educação, 02. **Documento: A. 80. AO. J.**

⁶⁶Docentes aprovam a criação de nova entidade nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1980.

⁶⁷MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO. Contribuição para uma avaliação do setor de professores a respeito dos nossos passos antes e durante o I CNPE, p. 07. **Documento: B. 80. AO. J.**

Análogo ao que ocorreu nos dois Encontros Nacionais de Professores, a tônica das discussões do congresso, acontecido no Teatro Paulo Eiró⁶⁸, em Santo Amaro, girou em torno das seguintes questões: qual era o melhor caminho para a unificação da luta sindical dos professores? Construir uma nova entidade nacional ou democratizar a Confederação de Professores do Brasil? As respostas às perguntas formuladas dividiram o congresso. O jornal Movimento noticiou que havia três posições distintas:

“As posições defendidas durante o I Congresso, em relação à entidade nacional, giraram em torno de três eixos. O primeiro deles com proposta defendida por Hermes Zaneti, presidente da CPB, e por dirigentes de entidades do Rio Grande do Sul e Paraná, era de que não fosse criada outra entidade e, sim, fortalecida a CPB. Outra corrente defendia a criação de uma entidade independente, no começo do próximo ano, de modo a permitir maior debate e preparação dos professores. E uma terceira queria que o plenário do I Congresso já aprovasse os estatutos e a forma de eleição da diretoria”⁶⁹.

A terceira posição era defendida pelos trotskistas da Convergência Socialista e da Organização Socialista Internacionalista. Para eles a entidade presidida pelo professor Hermes Zaneti tinha um “caráter burocrático, sem vínculo com as bases”⁷⁰. A proposta de fazer da Confederação de Professores do Brasil a entidade nacional dos professores também encontrava oposição sistemática do Movimento de Emancipação do Proletariado, que defendia a segunda posição. A tendência político-sindical na qual militava o professor Gumercindo Milhomem Neto entendia que:

“Tal Confederação, no entanto, não teve comprometimento com as lutas recentes do professorado, sendo bastante conhecido o episódio da expulsão de sua última presidente – Maria Telma Cançado – de uma assembléia da greve em Minas Gerais, debaixo de uma vaia de 11 mil professores. Também é uma entidade que tem um estatuto antidemocrático, pelo qual foi eleito o seu atual presidente, sem que os professores fossem ao menos informados do evento. É uma entidade que impede a participação da categoria organizada em seu interior, tendo por órgão máximo de deliberação uma assembléia de delegados indicados por ofício das diretorias das diversas entidades que lhe são afiliadas. Esta proposta, como não podia deixar, vem com o momentoso compromisso de democratização: ‘Dêem-nos alguns meses’, e vos daremos uma CPB democratizada, dizem eles. Ao que

⁶⁸Magistério procura a unificação das lutas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jul. 1980.

⁶⁹Luta por uma nova entidade nacional. **Movimento**, São Paulo, 28 jul.-03 ago. 1980.

⁷⁰POLETO et al. Congresso Nacional dos Profissionais de Educação. p. 02. **Documento: B. 80. AO. J.**

respondemos: não é (sic) meses antes nem meses depois e sim no momento certo, que os professores precisam de suas entidades e este momento é o do encaminhamento das lutas. Além disso, não queremos uma entidade democratizada por alguém. Queremos construir NÓS MESMOS, a nossa entidade, em respeito à democracia do movimento”⁷¹.

Mas a proposta defendida pelo professor Hermes Zaneti, na plenária do Iº Congresso Nacional dos Profissionais de Educação, contava com o apoio de outros partidos de esquerda. O Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro defendiam a proposta de que era possível transformar, numa perspectiva democratizante, a estrutura associativista da Confederação de Professores do Brasil. As análises que esses três partidos faziam do movimento de professores afluíam para um mesmo sentido:

A)- O Partido Comunista Brasileiro (PCB) aduzia a seguinte consideração:

“Entendemos que a construção desta ‘nova entidade está baseada em concepções errôneas. Afinal, o grande confronto se dá entre os assalariados professores e os patrões ou o Estado que os representa. Esta luta não é apenas de alguns professores, ou de correntes de pensamento isoladas, contra os exploradores. Dentre nós assalariados, o antagonismo aos detentores do poder é colocado sob as mais variadas intensidades, passando pelos que têm apenas uma perspectiva salarial até os que têm uma perspectiva política mais abrangente. Percebemos claramente que a via que nos conduzirá à conquista de nossas aspirações é a unificação de todos neste intento, e não o desligamento de uma parcela que se auto-considera ‘mais combativa’ do conjunto dos assalariados. Pensamos também, na real possibilidade de, uma vez divididos os assalariados em ‘mais combativos’ e ‘menos combativos’, as divisões continuarão a cada escaramuça que ocorrer. Lembremos experiências anteriores de fracionismo, quando foram abandonadas as entidades para a construção de entidades ‘livres’. Verificou-se então que o governo colocou nas entidades abandonadas elementos seus, passando assim a ter um pólo de combate dentro da categoria. Não cabe a nós facilitar esta tarefa, e sim denunciar atitudes que possam conduzir ao fracionismo. É atuando unitariamente dentro das entidades, transformando-as em instrumento de luta dos trabalhadores, que conseguiremos acumular forças para romper com a estrutura sindical vigente”⁷².

⁷¹MILHOMEM NETO et al. Construção da entidade nacional dos trabalhadores na educação. **Documento: A. 80. AO. J.**

⁷²BOITEAUX et al. Pelo fortalecimento e democratização das entidades. Pela unidade dos trabalhadores, p. 02. **Documento: B. 80. AO. J.**

B)- O professor Ricardo Marques Coelho, diretor do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro e dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) no movimento de professores, defendia que:

“Na verdade, este Congresso foi convocado com uma só finalidade: Hostilizar a CPB e criar uma nova entidade nacional; isto, apesar da tentativa da Confederação que se esforçou até o último instante para evitar a divisão e garantir um Congresso amplo em 81. Seus organizadores, nucleados principalmente na Associação de Professores do Estado de São Paulo (sic) e da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas, querem à força dividir o Movimento de Professores a nível nacional. Os divisionistas alegam que a CPB é ‘pelega’, reúne entidades ‘pelegas’ e é desconhecida do professorado. Ora, dirigida pelo professor ZANETI, ex-presidente do CPERS [Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul], a CPB vem atuando ativamente em defesa da classe: na solidariedade às greves; na mobilização pela abertura do CEP/RJ; no repúdio à legislação contra o professorado e na ação junto ao Ministério da Educação e Cultura. Recentemente comandou a luta contra a criação da Ordem dos Professores do Brasil e lidera a campanha nacional pela aposentadoria integral aos 25 anos de serviço”⁷³.

C)- O Partido Comunista do Brasil (PC do B) também intercedeu em favor da entidade presidida pelo professor Hermes Zaneti:

“A Confederação de Professores do Brasil (CPB) que aglutina mais de 20 Associações de professores públicos (e estes não podem se sindicalizar), sendo, portanto, a única articulação nacional existente, começa a viver um processo de FORTALECIMENTO, DEMOCRATIZAÇÃO e DINAMIZAÇÃO. Em plena greve dos professores no Rio, em 1979, cai a pelega Maria Telma (não confundir nunca a diretoria eventual com a ENTIDADE) e imediatamente seus pólos mais combativos, CPERS e APP [Associação dos Professores do Paraná], assumem o comando da CPB que passa a apoiar efetivamente o movimento grevista”⁷⁴.

Na prática, a plenária do Iº Congresso Nacional de Profissionais de Educação ficou dividida entre duas posições. De um lado, o bloco formado pelos comunistas – Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil e Movimento Revolucionário 8 de Outubro – que defendiam o processo de democratização da Confederação de Professores do Brasil como a tática política mais correta para o movimento de professores. De outro, as organizações de esquerda – Movimento de

⁷³COELHO, Ricardo B. Marques. Congresso de São Paulo: tentativa de dividir professorado. (CPB – Em Notícias (Boletim da Confederação de Professores do Brasil), Porto Alegre, ago. 1980, p. 04.

⁷⁴ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ACRE et al. Pela unidade do professorado. Documento: B. 80. AO. J.

Emancipação do Proletariado, Convergência Socialista, Organização Socialista Internacionalista e Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista – que não aceitavam participar de uma entidade nacional cuja existência estava comprometida com a política do regime militar. As divergências passavam por duas questões que davam um sentido geral ao novo fenômeno engendrado pelo mundo da educação básica brasileira, ou seja: o movimento associativista de massas dos professores. A primeira estava relacionada com a trajetória histórica peculiar da Confederação de Professores do Brasil. O passado da entidade não estava só marcado pelo atrelamento ideológico com as forças políticas que empalmaram o poder em 1964; era também pouco expressivo do ponto de vista da própria luta sindical em defesa dos interesses corporativos da categoria dos professores públicos de 1º e 2º graus. Quando da realização do Iº Congresso Nacional dos Profissionais de Educação, o professor Hermes Zaneti tentou negociar um acordo com os partidos de esquerda que estavam defendendo a criação de uma nova entidade nacional para os professores. O presidente da Confederação de Professores do Brasil divulgou os termos do tentame entre as duas partes:

“Zaneti disse, também, que propôs ‘diversas vezes’ à comissão executiva nacional do congresso uma discussão ampla visando a ‘realizar profundas mudanças na entidade, como, por exemplo, a reforma do estatuto’. Além disso, ele afirma que a entidade já está encaminhando algumas das campanhas aprovadas pelo CNPE, como a aposentadoria aos 25 anos de serviço – essa proposta já foi transformada em projeto de lei, tem o apoio de 236 deputados e senadores e no próximo dia 5 de agosto deverá ser apreciada pela comissão mista do Senado”⁷⁵.

Ora, a Confederação de Professores do Brasil, apesar de existir há mais de 20 anos, tinha poucos argumentos para impedir a realização da principal proposta aprovada pelo Iº Congresso Nacional de Profissionais de Educação, isto é, da fundação de uma outra estrutura sindical nacional de professores.

A segunda questão representava a essência das divergências. A divisão que grassava no seio das esquerdas organizadas no movimento de professores estava relacionada com o tipo de estratégia política utilizada na luta contra o regime militar. Os comunistas – Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil e Movimento

⁷⁵Docentes aprovam a criação de nova entidade nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1980.

Revolucionário 8 de Outubro⁷⁶ – propugnavam por uma ampla frente contra o regime político implantado com o golpe militar de 1964. Para o Partido Comunista Brasileiro, após a aprovação da Resolução Política do VI Congresso (1967), a luta pela conquista das liberdades democráticas incluía até mesmo “o setor da burguesia cujos interesses estão ligados ao desenvolvimento autônomo do país. (...) [Ela] luta para controlar o mercado interno e se choca com a acção do imperialismo”⁷⁷. E mais: os comunistas do Partido Comunista Brasileiro já defendiam, desde a década de 1960, que “o MBD e outros agrupamentos existentes podem tornar-se um factor positivo para a mobilização das forças populares”⁷⁸. Após a reforma partidária patrocinada pelo regime militar, em 1979, os comunistas passaram a defender que a frente democrática deveria se articular no sucedâneo do Movimento Democrático Brasileiro: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Nesta perspectiva, o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Giocondo Dias, declarou que:

“reconhecemos na corrente liberal-democrata uma força política que luta pelas liberdades democráticas e, por isso, defendemos intransigentemente a unidade com ela. (...) Os esquerdistas acusam os comunistas de sacrificarem a unidade da classe operária, a aliança com o campesinato e a formação de uma frente das esquerdas no altar da aliança com os liberais”⁷⁹.

Do outro lado, “os esquerdistas” se articulavam por meio de uma estratégia política diferente. As organizações de esquerda que defendiam a criação de uma nova entidade nacional de professores eram as mesmas que estavam no processo de fundação do Partido dos Trabalhadores. O final da década de 1970 foi marcado, no plano social, pelas greves do ABC paulista. Além da contestação ao modelo econômico de modernização autoritária do capitalismo brasileiro implementado pelo regime militar, as greves metalúrgicas trouxeram, no seu bojo, a necessidade da organização político-partidária das classes trabalhadoras. A fundação do Partido dos Trabalhadores representou a confluência de propostas políticas entre os chamados “sindicalistas” do ABC e as organizações de esquerda como o Movimento de Emancipação do

⁷⁶O Movimento Revolucionário 8 de Outubro e o Partido Comunista do Brasil, na passagem da década de 1960 para a de 1970, participaram da luta armada contra o regime militar. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro estava entre as organizações que tomaram parte da guerrilha urbana e o Partido Comunista do Brasil organizou a guerrilha rural no Araguaia. (CARONE, 1984. p. 77 & p. 98).

⁷⁷Partido Comunista Brasileiro, 1980. p. 165-166.

⁷⁸Partido Comunista Brasileiro, 1980. p. 181.

⁷⁹DIAS, 1983. p. 84.

Proletariado, Convergência Socialista, Organização Socialista Internacionalista, Ação Popular Marxista-Leninista, Partido Operário Comunista, Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista, Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil e Ação de Libertação Nacional⁸⁰. Entretanto, a maior liderança nacional do Partido dos Trabalhadores não pertencia a nenhuma dessas tendências políticas de esquerda. O presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luíz Inácio Lula da Silva⁸¹, era membro destacado do grupo denominado de “sindicalistas”.

A Organização Socialista Internacionalista interpretava a conjuntura política do final da década de 1970 como uma “situação pré-revolucionária”⁸². Para os trotskistas, as greves dos metalúrgicos do ABC paulistas representavam um momento de inflexão naquele contexto histórico “pré-revolucionário”. Os trotskistas computavam que o movimento paredista dos metalúrgicos paulista jogaria um papel fundamental no processo de luta contra o regime militar. De greve localizada, ela poderia transformar-se em uma greve geral. Portanto, operaria uma mudança estrutural na conjuntura política do País, transformando a situação pré-revolucionária em revolucionária. Nesta perspectiva, os trotskistas brasileiros estavam seguindo a análise que Leon Trotsky fizera da Revolução Alemã do pós I Guerra Mundial, que culminou com a derrota da Liga de Espártaco e o assassinato de Rosa Luxemburgo, em 1919. Trotsky defendia que a greve geral era uma tática de luta da classe operária para atingir tal objetivo. Em *Revolução e Contra-Revolução*, ele afirmava: “A greve geral revela-se um meio de luta contra o poder de Estado estabelecido (...). Paralisando o aparelho de Estado, a greve geral ‘faria medo’ às autoridades, ou criaria premissas para a solução revolucionária da questão do poder”⁸³. Deste modo, com exceção do Partido Democrático Social, o

⁸⁰ ARNS, 1985, p. 85 *passim*; CARONE, 1984, p. 215 *passim*; FREDERICO, 1991, v. 3. p. 195 *passim*.

⁸¹ Luíz Inácio Lula da Silva, em 1982, deu as seguintes declarações a respeito da fundação do Partido dos Trabalhadores: (a) sobre a sua condição de sindicalista e militante partidário: “(...) se o Lula continuasse apenas como dirigente sindical de São Bernardo, não teria maiores problemas. Mas na medida em que fazemos uma proposta política, (...) começam a ver a gente como adversários e esquecem os verdadeiros inimigos”; (b) sobre a greve dos metalúrgicos de 1980: “(...) o fortalecimento do PT deve-se muito mais aos erros do governo do que à própria greve em si”; (c) sobre as relações entre o partido e os sindicatos: “(...) sou contra uma linha sindical para o PT”; (d) sobre o socialismo: “por que muita gente questiona o PT por não ter uma definição socialista muito objetiva? Porque para mim não está claro ainda, e mesmo a nível da experiência de outros países, qual o tipo de socialismo perfeito que atenda aos nossos interesses. Eu não ousaria dizer que seria o cubano, o polonês, o soviético, o chinês, ou albanês”; e (e) sobre o PMDB: “o PT quer ir muito além porque, senão, não teríamos criado um partido novo, entraríamos no PMDB” (LULA, 1982, p. 13 *passim*).

⁸² FREDERICO, 1991, p. 205.

⁸³ TROTSKY, 1968, p. 251.

sucedâneo da Aliança Renovadora Nacional e de sustentação do regime militar, todos os outros partidos, oriundos da reforma de 1979, tiveram as suas atuações nas greves do ABC condenadas pelos trotskistas. Eles consideravam que:

“Os partidos burgueses de ‘oposição’ – PMDB, PP e PTB – nada fizeram afora declarações de apoio e conchavos de gabinete buscando, junto com a Igreja, acabar com a greve. De início ao fim mostrou-se ser necessário um instrumento que centralizasse o combate dos metalúrgicos do interior em primeiro lugar, e a unidade de todos os trabalhadores no país, em torno do ABC, contra a ditadura. Sobretudo, era necessário um partido que chamasse à solidariedade em um nível superior, preparando as condições para acabar com a ditadura, preparando a greve geral”⁸⁴.

Os professores militantes dessas organizações de esquerda também estavam profundamente comprometidos com o processo social que culminou na fundação do Partido dos Trabalhadores. O professor Gumercindo Milhomem Neto descreveu tal engajamento desta forma:

“O comportamento dos professores com esta troca de apoio e solidariedade sindical e política entre os trabalhadores tende a ser cada vez mais ampla e efetiva. Por exemplo, nossa participação (com diversos ônibus partindo de diversas regionais) na comemoração unificada do 1º de Maio que reuniu cerca de 150.000 trabalhadores em São Bernardo do Campo; a nossa importante participação no comitê de solidariedade à greve dos metalúrgicos de São Paulo; a presença da APEOESP como membro da comissão executiva do CBA-SP [Comitê Brasileiro pela Anistia]; a participação dos professores na construção do PT, com a presença de dois presidentes de entidades (CEP-RJ e UTE-MG) [respectivamente os professores: Godofredo da Silva Pinto e Luís Dulci] estaduais na comissão executiva provisória do partido”⁸⁵.

Portanto, as disputas entre os partidos de esquerda durante o Iº Congresso Nacional de Profissionais de Educação não eram apenas uma questão de luta pela hegemonia política no seio do movimento sindical dos professores, mas, fundamentalmente, constituíam divergências entre estratégias políticas na luta contra o regime militar.

⁸⁴FREDERICO, 1991, p. 209-210.

⁸⁵MILHOMEM NETO. O combate ao peleguismo e à organização atrelada, na unificação e no avanço das lutas do professores. p. 08. **Documento: B. 80. AO. J.**

Conclusão

O movimento associativista dos professores públicos de 1º e 2º graus constitui-se num dos grandes protagonistas sociais na luta contra a ditadura militar. Gerado no contexto autoritário e acelerado de modernização do capitalismo brasileiro, durante o chamado “milagre econômico” (1968-1974), o professorado desencadeou um processo de luta por melhores condições de vida e de trabalho que repercutiu tanto no âmbito da escola pública como na transição política entre a ditadura militar e o Estado de direito democrático. Por outro lado, os partidos de esquerda que sobreviveram à repressão policial-militar desencadeada após 1968 tiveram grande influência nas decisões que orientaram politicamente o movimento de professores a partir da segunda metade da década de 1970, pois um significativo contingente de professores passou a militar nessas organizações que se opunham à ditadura militar, particularmente, nos grandes centros urbanos brasileiros. Assim, as esquerdas constituíram-se nas direções políticas das principais associações estaduais de professores em âmbito nacional. As estratégias adotadas, via de regra, materializavam-se na combinação das lutas específicas, de caráter econômico, com as lutas gerais que propugnavam pelas liberdades democráticas.

Depois de 1974, com a “crise do petróleo” (1974), o modelo econômico imposto pela ditadura militar entrou na fase de esgotamento. As conseqüências da crise econômica atingiram as pretensões de auto-reforma do regime militar que se havia imposto depois do golpe de Estado de 1964. Por extensão, os governos dos generais-presidentes, paulatinamente, foram perdendo o apoio de amplos segmentos da sociedade brasileira. Entre eles, frações inteiras das camadas médias urbanas como a do professorado público. Concomitantemente ao processo de esgarçadura do regime militar, as organizações de esquerda operavam uma inflexão nas estratégias da luta revolucionária. A derrota da concepção baseada na via armada havia produzido não só uma grande perda de quadros assassinados pela repressão militar, mas, sobretudo, gerado um entendimento de que a luta contra a ditadura militar passava pela mobilização da sociedade brasileira em defesa das liberdades políticas.

O movimento dos professores públicos transformou-se, desse modo, numa experiência concreta para as teses políticas de esquerda que defendiam a mobilização das massas dos trabalhadores e dos excluídos da modernização autoritária do

capitalismo em defesa da democratização do País. Nessa perspectiva, apesar das diferenças político-ideológicas, os partidos de esquerda ajudaram a organizar a luta específica da categoria dos professores em âmbito nacional e, ao mesmo tempo, mobilizá-la em favor da institucionalização do Estado de direito democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Perseu. O professor, a organização corporativa e a ação política. In: CATANI, Denise Bárbara; MIRANDA, Hercília T. de *et al.* **Universidade, escola e formação de professores**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.77-84.
- A GREVE dos professores da Bahia. **O Precário**, São Paulo, ago. 1978. p. 02.
- AI-5 (Epílogo): consequência natural. **Veja**, São Paulo, p. 21, 3 jan. 1979.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3ª ed. Tradução: Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1985. 337 p.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo (prefaciador). **Brasil: nunca mais**. Um relato para a história. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 312 p.
- ARROYO, Miguel Gonzales. O acontecimento em educação: o movimento de professores. **Educação no Brasil: 1987-1988**. São Paulo: CEDI, 1991. p. 155-157. (Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Aconteceu Especial, 19).
- ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ACRE *et al.* Pela unidade do professorado. **Documento: B. 80. AO. J.**
- ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Comissão Organizadora do II ENP. **Documento: A. 79. AO. J.**
- BOITEAUX, Bayard *et al.* Pelo fortalecimento e democratização das entidades. Pela unidade dos trabalhadores. **Documento: B. 80. AO. J.**
- BOLETIM n.º 1 do I Encontro Nacional de Professores. **Documento: B. 79. AO. J.**
- BRASIL. Poder Legislativo. Emenda Constitucional n.º 11. **Diário Oficial**. Brasília, 17 de out. 1978. Seção 1, p.16.714.
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto n.º 84.143. Regulamenta a Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial**. Brasília, 01 nov. 1979. Seção 1, p. 16.167.
- BRASIL. Poder Executivo. Lei n.º 6.767 – Modifica dispositivo da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional n.º 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei n.º 1.541, de 14 de abril de 1977; e dá outra providências. **Diário Oficial**. Brasília, 20 dez. 1979. Seção 1, p. 19.463.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Brasil na virada do milênio**; trajetória do crescimento e desafios do desenvolvimento. Brasília: IPEA, 1997. v. 1., 202 p.
- CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (Org.). **Continuidade e mudança no Brasil da nova república**. São Paulo: Vértice & IUPERJ, 1989. 183 p.
- CARLINI, Bia *et al.* Congresso Nacional dos Profissionais de Educação. **Documento: B. 80. AO. J.**
- CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: DIFEL, 1984. 314 p. (Corpo e Alma do Brasil).

- CHAPA de oposição Pró-Entidade Única. *O Precário*, São Paulo, dez. 1978, p. 01.
- COELHO, Ricardo B. Marques. Congresso de São Paulo: tentativa de dividir professorado. *CPB – Em Notícias (Boletim da Confederação de Professores do Brasil)*, Porto Alegre, ago. 1980, p.04.
- COSTA, Ernestina da Silva et al. A mobilização dos agentes educacionais do sistema estadual: breve histórico. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.º 41, p. 49-63, maio 1982.
- CUNHA, Luiz Antônio. Movimentos sociais, sindicais e acadêmicos. In: _____. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói: Editora UFF; Brasília: FLASCO do Brasil, 1991. p. 60-101.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Ernesto Geisel*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 494 p.
- DESDE Lacerda, 1577 já foram punidos. *Veja*, São Paulo, p. 25, 13 dez. 1978.
- DIAS, Giocondo. *Os objetivos dos comunistas*. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1983. 164 p.
- DOCENTES aprovam a criação de nova entidade nacional. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 jul. 1980.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *Uma política para o ensino superior*. São Paulo: Universidade de São Paulo (NUPES), 1993. 55 p.
- EDITORIAL: A luta continua. *O Precário*, São Paulo, set. 1978. p. 02.
- ESTATUTO não chegou ontem à Assembléia Legislativa. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 31 ago. 1978.
- FERREIRA Jr., Amarílio. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. São Paulo: USP, 1998, 302 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1998.
- FERREIRA, Oliveiros S. Formar professores. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1997. Caderno A, p. 4.
- FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário: 1964/1984; a reconstrução*. Belo Horizonte, 1991. v. 3, 356 p.
- GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, 7, (18): 65-137, maio/ago. 1993.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6ª Ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 341 p.
- GUIMARÃES, Ulysses. *Rompendo o cerco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 188 p.
- JOIA, Orlando et al. *APEOESP dez anos – 1978/1988*. São Paulo: CEDI, 1993. 90 p.
- LÊNIN. *Sobre os sindicatos*. Tradução: Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luiz Fernando Cardoso. São Paulo: Editorial Livramento, 1979. 350 p.
- LULA. Entrevista. *Nova Escrita/Ensaio*, São Paulo, n.º 9, p. 13-54, jan. 1982.
- LUTA por uma nova entidade nacional. *Movimento*, São Paulo, 28 jul.-03 ago. 1980.
- MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. 3ª Ed. Tradução: Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 380 p.
- MAGISTÉRIO procura a unificação das lutas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 jul. 1980.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978. 198 p.
- MILHOMEM NETO, Gumercindo et al. Construção da entidade nacional dos trabalhadores na educação, 02. *Documento: A. 80. AO. J.*

- MILHOMEM NETO, Gumercindo de Souza. O combate ao peleguismo e à organização atrelada, na unificação e no avanço das lutas do professorado. **Documento: B. 80. AO. J.**
- MOISÉS, José Álvaro. **Cenas de política explícita**: descaminhos de uma longa transição política. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986. p. 151.
- MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO. Avançar a luta dos professores no país. Sindical e politicamente nossas diretrizes. **Documento: B. 80. AO. J.**
- MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO. Contribuição para uma avaliação do setor de professores a respeito dos nossos passos antes e durante o I CNPE. **Documento: B. 80. AO. J.**
- MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO ABERTO DE PROFESSORES. Pela organização livre e independente dos professores, jul. 1979. **Documento: B. 79. AO. J.**
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB**: vinte anos de política (1958-1979). Documentos. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980. 353 p.
- PERALVA, Angelina T. E o movimento de professores da rede pública? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 64: 64-66, fev. 1988.
- PERALVA, Angelina Teixeira. Professores: um movimento a se repensar. **Educação no Brasil** 1987-1988. São Paulo: CEDI, 1991. p. 158-161. (Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Aconteceu Especial, 19).
- POLETO, Wagner. Congresso nacional dos profissionais de educação. **Documento: B. 80. AO. J.**
- POLÍTICA comprometeu PAULIPETRO desde o início. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 nov. 1997. Caderno A, p. 13
- POULANTZAS, Nicos. As classes sociais. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, 3: 5-39, jan. 1973.
- PROFISSIONAIS de nível superior – necessidades de redistribuição espacial. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 29, n.º 3, p. 54-56, mar. 1975.
- QUEDA dos salários acentua problemas do ensino, diz Eiko. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 jan. 1981.
- REIS, Eiko et al. Aos professores brasileiros: por uma entidade nacional de luta. **Documento: B. 80. AO. J.**
- RIBEIRO, Maria Luíza Santos. Movimento de professores: as greves de 78 e 79 no estado de São Paulo. **ANDE**, São Paulo, 1, (4) 26-30, 1982.
- RIBEIRO, Maria Luíza Santos. **A formação política do professor de 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez Editora & Editora Autores Associados, 1984. 280 p.
- RUMO à entidade nacional. **Jornal Convergência Socialista**. São Paulo, 1-15 jul. 1980. Caderno 1. p. 10.
- RUY, José Carlos. Um drama para a oposição. **Movimento**, São Paulo, 15-21 dez. 1980. p. 10.
- SALÁRIO em S. Paulo caiu a ¼ do valor em 33 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 maio 1996. Caderno 1, p. 10.
- SILVA, Antonio Ozai da. **História das tendências no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: DAG Gráfica e Editorial, s/d. 239 p.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). 4ª ed. Tradução: Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608 p.
- TROTSKY, Leon. **Revolução e contra-revolução**. Tradução e Apresentação: Mário Pedrosa. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968. 358 p.

TROTSKI, Leon. *Escritos sobre sindicatos*. Tradução: Vera Corrêa de Sampaio et al.
São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1978. 120 p.